



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CLIV N° 57

Brasília - DF, quinta-feira, 23 de março de 2017



SEÇÃO



Sumário

| | PÁGINA |
|---|--------|
| Atos do Senado Federal..... | 1 |
| Presidência da República..... | 1 |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento..... | 13 |
| Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.... | 13 |
| Ministério da Cultura..... | 15 |
| Ministério da Defesa..... | 17 |
| Ministério da Educação..... | 17 |
| Ministério da Fazenda..... | 21 |
| Ministério da Integração Nacional..... | 37 |
| Ministério da Justiça e Segurança Pública..... | 37 |
| Ministério da Saúde..... | 41 |
| Ministério das Relações Exteriores..... | 48 |
| Ministério de Minas e Energia..... | 50 |
| Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário..... | 68 |
| Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços..... | 75 |
| Ministério do Esporte..... | 75 |
| Ministério do Meio Ambiente..... | 77 |
| Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão..... | 79 |
| Ministério do Trabalho..... | 79 |
| Ministério dos Direitos Humanos..... | 80 |
| Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil..... | 82 |
| Ministério Público da União..... | 83 |
| Tribunal de Contas da União..... | 84 |
| Poder Judiciário..... | 84 |
| Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais..... | 233 |

Atos do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 2017

Autoriza o Município de Salvador (BA) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 52.512.340,00 (cinquenta e dois milhões, quinhentos e doze mil, trezentos e quarenta dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Salvador (BA) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 52.512.340,00 (cinquenta e dois milhões, quinhentos e doze mil, trezentos e quarenta dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito referida no caput destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo em Salvador (Prodetur Salvador)".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I - devedor: Município de Salvador (BA);
II - credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
III - garantidor: República Federativa do Brasil;
IV - valor: até US\$ 52.512.340,00 (cinquenta e dois milhões, quinhentos e doze mil, trezentos e quarenta dólares dos Estados Unidos da América);

V - opções de conversão: é facultado ao mutuário, com anuência prévia do fiador, exercer a opção de mudança de moeda do empréstimo ou de taxa de juros, aplicáveis à totalidade ou a parte do montante principal do empréstimo, em qualquer momento durante a vigência do contrato, de acordo com o disposto no Capítulo V das Normas Gerais;

VI - juros: taxa de juros **Libor** em dólar dos Estados Unidos da América para 3 (três) meses, acrescida de margem de captação do BID e de margem de empréstimo variável do BID;

VII - atualização monetária: variação cambial;

VIII - liberação: US\$ 1.410.000,00 (um milhão, quatrocentos e dez mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2017, equivalentes a R\$ 4.485.351,00 (quatro milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e um reais); US\$ 23.095.000,00 (vinte e três milhões e noventa e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2018, equivalentes a R\$ 73.467.504,50 (setenta e três milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, quinhentos e quatro reais e cinquenta centavos); US\$ 13.085.000,00 (treze milhões e oitenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2019, equivalentes a R\$ 41.624.693,50 (quarenta e um milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, seiscentos e noventa e três reais e cinquenta centavos); US\$ 11.660.000,00 (onze milhões, seiscentos e sessenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2020, equivalentes a R\$ 37.091.626,00 (trinta e sete milhões, noventa e um mil, seiscentos e vinte e seis reais); e US\$ 3.262.340,00 (três milhões, duzentos e sessenta e dois mil, trezentos e quarenta dólares dos Estados Unidos da América) em 2021, equivalentes a R\$ 10.377.829,77 (dez milhões, trezentos e setenta e sete mil, oitocentos e vinte e nove reais e setenta e sete centavos), convertidos à taxa de câmbio de 3,1811, de 31 de outubro de 2016;

IX - contrapartida: US\$ 16.039.646,00 (dezesseis milhões, trinta e nove mil, seiscentos e quarenta e seis dólares dos Estados Unidos da América) em 2017; US\$ 15.325.354,00 (quinze milhões, trezentos e vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta e quatro dólares dos Estados Unidos da América) em 2018; US\$ 7.395.000,00 (sete milhões, trezentos e noventa e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2019; US\$ 3.780.000,00 (três milhões, setecentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2020; e US\$ 9.972.340,00 (nove milhões, novecentos e setenta e dois mil, trezentos e quarenta dólares dos Estados Unidos da América) em 2021;

X - prazo total: 300 (trezentos) meses;
XI - prazo de carência: 66 (sessenta e seis) meses;
XII - prazo de amortização: 234 (duzentos e trinta e quatro) meses;
XIII - prazo de desembolso: 60 (sessenta) meses;
XIV - demais encargos e comissões: comissão de crédito de até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado, a ser paga semestralmente.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Município de Salvador (BA) na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no caput é condicionado a que o Município de Salvador (BA) celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 156, 158 e 159, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Município de Salvador (BA) quanto aos pagamentos e às prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, bem como o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 22 de março de 2017
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 77, de 22 de março de 2017. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para a Construção de uma Ponte Rodoviária Internacional sobre o Rio Paraguai entre as Cidades de Porto Murtinho e Carmelo Peralta, assinado em Brasília, em 8 de junho de 2016.

Nº 78, de 22 de março de 2017. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo Sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Brasília, em 8 de junho de 2016.

Nº 79, de 22 de março de 2017. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 440.

CASA CIVIL INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE MARÇO DE 2017

O COMITÊ DE DECISÃO REGIONAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA, autarquia federal criada pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei Federal nº 7.231, de 23

AVISO

CIRCULOU EM 22/3/2017 A EDIÇÃO EXTRA Nº 56-A

Também disponível no endereço: www.in.gov.br - Pesquisa nos Jornais

| TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS | | |
|--|------------------|----------------|
| Páginas | Distrito Federal | Demais Estados |
| de 04 a 28 | R\$ 0,50 | R\$ 2,00 |
| de 32 a 76 | R\$ 0,90 | R\$ 2,40 |
| de 80 a 156 | R\$ 1,90 | R\$ 3,40 |
| de 160 a 250 | R\$ 2,50 | R\$ 4,00 |
| de 254 a 500 | R\$ 5,00 | R\$ 6,50 |
| - Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R\$ 0,0179 | | |



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**

PORTARIA Nº 135, DE 8 DE MARÇO DE 2017

Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Santarém/PA.

O PROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015, na Portaria PGF nº 838, de 23 de outubro de 2015, e na Portaria PGF nº 850, de 28 de outubro de 2015, e levando em conta o constante no Processo Administrativo nº 00407.005020/2016-70, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Santarém/PA exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Art. 2º As Procuradorias Federais junto à Fundação Nacional do Índio - PFE/FUNAI, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - PFE/IBAMA, ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - PFE/ICMBIO, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - PFE/INCRA e à Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos às respectivas autarquias e fundações públicas federais em Santarém/PA.

Art. 3º As Procuradorias Federais elencadas no artigo 2º e a Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Santarém/PA prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Santarém/PA, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 3, DE 22 DE MARÇO DE 2017

Institui a Comissão Especial do Sistema de Proteção das Instalações Presidenciais (ProPR).

OS MINISTROS DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA e DA SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, resolvem:

Art. 1º Instituir a Comissão Especial do Sistema de Proteção das Instalações Presidenciais (ProPR) e o seu Grupo de Trabalho de Apoio.

Parágrafo único. O ProPR consiste em um moderno sistema eletrônico de segurança, com garantia plena de interoperabilidade dos meios aplicados, com a finalidade de proporcionar segurança, proteção e controle institucional.

Art. 2º Compete à Comissão Especial do ProPR estabelecer o escopo do sistema, definindo os seus subsistemas e sua abrangência física, além de confeccionar o termo de referência para a contratação de empresa especializada na elaboração dos projetos básico e executivo do sistema, a ser implantado nas instalações da Presidência da República.

Art. 3º A Comissão Especial do ProPR será composta por representantes dos seguintes órgãos essenciais da Presidência da República:

- I - dois representantes da Casa Civil;
- II - dois representantes da Secretaria Geral;
- III - dois representantes da Secretaria de Governo;
- IV - dois representantes do Gabinete de Segurança Institucional; e
- V - um representante do Gabinete Pessoal do Presidente da República.

Art. 4º Aprovado o escopo do sistema, a Comissão Especial do ProPR deverá, no prazo de 60 (sessenta dias), apresentar a proposta do termo de referência definido no Art 2º desta Portaria.

Art. 5º A Comissão Especial do ProPR poderá convidar outros representantes dos órgãos listados no caput do Art. 3º desta Portaria, de outros setores, de entidades públicas ou privadas e especialistas em assuntos relacionados ao tema, cuja participação seja considerada necessária ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 6º A Comissão Especial do ProPR editará regimento interno que tratará da composição e das competências do seu Grupo de Trabalho de Apoio.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN
Ministro de Estado Chefe do Gabinete
de Segurança Institucional da Presidência
da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

WELLINGTON MOREIRA FRANCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

ANTÔNIO IMBASSAHY
Ministro de Estado Chefe da Secretaria
de Governo da Presidência da República

**Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento**

**SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL
NO ESTADO DE SANTA CATARINA**

PORTARIA Nº 59, DE 17 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, e Portaria nº 2.921 de 23/12/2016, publicada no DOU de 27/12/2016 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, resolve:

Habilitar o médico veterinário AUGUSTO JOSÉ KAMMER, inscrito no CRMV/SC sob nº 1406, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município (s) constante (s) dos autos do processo SEI 21050.001894/2017-96 e no registro de habilitação do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense, SIGEN + nº 131313, no Estado de Santa Catarina.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JACIR MASSI

PORTARIA Nº 60, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, e Portaria nº 2.921 de 23/12/2016, publicada no DOU de 27/12/2016 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, publicada no DOU de 21 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, resolve:

-Habilitar o médico veterinário MARLON ANTUNES DE SOUZA, inscrito no CRMV/SC sob nº 7421, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município (s) constante (s) dos autos do processo SEI 21050.001945/2017-80 e no registro de habilitação do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense, SIGEN + nº 131441 do Estado de Santa Catarina.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JACIR MASSI

**SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO
DO PARANÁ**

PORTARIA Nº 93, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL, SUBSTITUTO, DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições contidas no art. 44, do Regimento Interno das SFA's, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU no dia 14 de junho de 2010, e Portaria SE/MAPA nº 1.940, de 25 de agosto de 2016, publicada no DOU 166 no dia 29 de agosto de 2016. E tendo em vista o disposto no art. 2º, do Anexo I, da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 3º, da Lei nº 7802, de 11 de julho de 1989, e do Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo nº 21034.000898/2017-55, resolve:

Art. 1º Credenciar a empresa CONTROL UNION LTDA., sob o número BR PR 634, CNPJ: 53.281.382/0003-05, localizada na Rua Barão do Rio Branco, 1366, Bairro Alto São Sebastião, Paranaguá/PR, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar tratamentos nas modalidades de:

a) Fumigação em Porão de Navio (FPN - Fosfina).

Art. 2º O credenciamento de que trata esta Portaria terá caráter provisório e será válido por 01 (um) ano, podendo ser renovado, mantido o mesmo número de credenciamento inicial, devendo a Empresa requerer a renovação por meio da apresentação de requerimento encaminhado ao Serviço de Sanidade Vegetal do Paraná em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento do mesmo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CHARLEN HENRIQUE SACONATO

**Ministério da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações**

GABINETE DO MINISTRO

**PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.441,
DE 21 DE MARÇO DE 2017**

Aprova o projeto da empresa BYD Energy do Brasil Ltda. para fins de concessão dos incentivos fiscais do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES E DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhes confere o art. 5º da Lei no 11.484, de 31 de maio de 2007, com a redação dada pelo art. 57 da Lei no 12.715, de 18 de setembro de 2012, e considerando o disposto nos incisos I e II do art. 8º da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, e o que consta no processo MCTIC no 01200.700434/2016-95, de 19 de agosto de 2016, resolvem:

Art. 1º Aprovar o projeto de pesquisa e desenvolvimento da empresa BYD Energy do Brasil Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 21.858.948/0001-52, objetivando sua habilitação no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS, para a realização das seguintes atividades de corte, encapsulamento e teste de:

- Módulos Fotovoltaicos de silício cristalino, classificados na posição 8541 da Nomenclatura Comum do Mercosul.

Parágrafo único. Em relação à atividade descrita no caput, a empresa deverá observar o disposto na Portaria Interministerial MCTI/MDIC no 1.045, de 2 de outubro de 2014.

Art. 2º Para a realização das atividades de corte, encapsulamento e teste e comercialização dos módulos fotovoltaicos referidos no art. 1º, para os modelos relacionados no processo MCTIC no 01200.700434/2016-95, de 19 de agosto de 2016, serão concedidos os incentivos fiscais previstos nos arts. 2º, 3º e 4º do Decreto no 6.233, de 11 de outubro de 2007.

§ 1º Os incentivos de que tratam os incisos I, II e III do art. 2º e os incisos I e II do art. 4º do Decreto no 6.233, de 2007, vigorarão até 22 de janeiro de 2022, conforme o disposto no art. 64 da Lei no 11.484, de 31 de maio de 2007.

§ 2º Os incentivos de que tratam o art. 3º e o inciso III do art. 4º do Decreto no 6.233, de 2007, para a realização das atividades de corte, encapsulamento e teste de módulos fotovoltaicos, vigorarão por 12 (doze) anos, contados a partir da data de publicação desta Portaria, conforme o disposto no inciso II do art. 65 da Lei no 11.484, de 2007.

Art. 3º Ficam reduzidas a zero as alíquotas do Imposto de Importação - II incidentes sobre máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos e ferramentas computacionais - software, para incorporação ao ativo imobilizado, e sobre insumos, importados pela empresa BYD Energy do Brasil Ltda., pessoa jurídica beneficiária do PADIS, desde que destinados às atividades referidas no art. 1º, con-

forme previsto no § 5º do art. 3º da Lei no 11.484, de 2007, e no inciso IV do art. 2º do Decreto no 6.233, de 2007, e relacionados nos Anexos II, III e IV ao referido Decreto.

Parágrafo único. O incentivo de que trata este artigo vigorará até 31 de dezembro de 2020, nos termos do inciso II do art. 23-A do Decreto no 6.233, de 2007.

Art. 4º Para efeitos do disposto nos arts. 2º e 3º desta Portaria, equipara-se ao importador a pessoa jurídica adquirente de bens estrangeiros, no caso de importação realizada por sua conta e ordem por intermédio de pessoa jurídica importadora.

Art. 5º Os critérios insumo-produto e insumo-capacidade de produção são os constantes do Processo acima identificado e poderão ser atualizados pela empresa e auditados pela Administração, a qualquer tempo.

Art. 6º Para usufruir dos incentivos fiscais de que trata esta Portaria, a empresa deverá ser habilitada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, conforme previsto no art. 5º do Decreto no 6.233, de 2007.

Parágrafo único. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações informará a SRFB sobre a publicação da Portaria no Diário Oficial da União, para que seja iniciado o processo de habilitação, nos termos da Instrução Normativa nº 852, de 13 de junho de 2008.

Art. 7º As notas fiscais relativas à aquisição ou comercialização de produtos e serviços vinculados ao PADIS deverão fazer expressa referência a esta Portaria e ao ato de habilitação da empresa junto à SRFB.

Art. 8º A habilitação junto à SRFB poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, nos termos do art. 11 do Decreto no 6.233, de 2007, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto ou nesta Portaria.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações

MARCOS PEREIRA
Ministro de Estado da Indústria, Comércio
Exterior e Serviços

PORTARIA Nº 1.145, DE 14 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO DJALMA MARINHO a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de SÃO PAULO DO POTENGI, Estado do RIO GRANDE DO NORTE, por meio do canal 18 (dezoito), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 53900.015241/2016-41 e da Nota Técnica nº 4595/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.152, DE 14 DE MARÇO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO DJALMA MARINHO a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de JUCURUTU, Estado do RIO GRANDE DO NORTE, por meio do canal 18 (dezoito), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 53900.029807/2016-12 e da Nota Técnica nº 4619/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES CONSELHO DIRETOR

CONSULTA PÚBLICA Nº 7, DE 22 DE MARÇO DE 2017

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, deliberou, em sua Reunião nº 821, de 9 de março de 2017, submeter a comentários e sugestões do público geral, nos termos do constante dos autos do Processo nº 53500.030030/2014-80, a proposta de novo Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências - RPPDUR e alterações decorrentes ao Regula-

mento de Licitação para Concessão, Permissão e Autorização de Serviço de Telecomunicações e de Uso de Radiofrequência, ao Regulamento para Arrecadação de Receitas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - Fistel e ao Regulamento sobre Autorização de Uso Temporário de Radiofrequências.

Na elaboração da proposta levou-se em consideração:

1) que a autorização de uso de radiofrequências e sua prorrogação se dão sempre a título oneroso, nos termos do art. 48 e do § 1º do art. 167 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997;

2) que a regulamentação da Anatel deve dispor sobre o valor do preço público pelo direito de uso de radiofrequências, conforme inciso I do § 1º do art. 48 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997;

3) que os instrumentos convocatórios das licitações para autorização de uso de radiofrequências deverão conter as obrigações, os compromissos e as contrapartidas de interesse dos usuários de serviço de telecomunicação, proporcionais à vantagem econômica decorrente da autorização, que deverão ser assumidos pela concessionária, permissionária ou autorizada, conforme dispõe o inciso V do art. 14 do Regulamento de Licitação para Concessão, Permissão e Autorização de Serviço de Telecomunicações e de Uso de Radiofrequência, aprovado pela Resolução nº 65, de 29 de outubro de 1998; e,

4) que o valor do preço público pelo direito de uso de radiofrequências poderá ser certo e determinado, com ou sem atualização monetária, ou calculado em função da receita do explorador do serviço, conforme dispõe o § 1º do art. 38 do Regulamento de Licitação para Concessão, Permissão e Autorização de Serviço de Telecomunicações e de Uso de Radiofrequência, aprovado pela Resolução nº 65, de 29 de outubro de 1998.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico <http://sistemas.anatel.gov.br/sacp>, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas, preferencialmente, por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública (SACP), indicado no parágrafo anterior, relativo a esta Consulta Pública, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, fazendo-se acompanhar de textos alternativos e substitutivos, quando envolverem sugestões de inclusão ou alteração, parcial ou total, de qualquer dispositivo, sendo também consideradas as manifestações encaminhadas por carta, fax ou correspondência eletrônica para:

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E REGULAMENTAÇÃO - SPR
CONSULTA PÚBLICA Nº 7, DE 22 DE MARÇO DE 2017

Proposta de Regulamento de Cobrança de Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências - RPPDUR
Setor de Autarquias Sul - SAUS - Quadra 6, Bloco F, Térreo - Biblioteca

CEP: 70070-940 - Brasília-DF

Telefone: 2312-2001

Fax: (61) 2312-2002

Correio Eletrônico: biblioteca@anatel.gov.br

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Agência.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

O Superintendente de Fiscalização da Anatel, nos termos do art. 82, inciso IX, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/2013, torna públicas as decisões dos Recursos Administrativos interpostos nos processos a seguir relacionados.

A íntegra das decisões pode ser acessada por meio do site da Agência (<http://www.anatel.gov.br/institucional/index.php/processos-administrativos>) (Processos: 53504.006407/2012-88; 53504.011705/2013-71)

JULIANO STANZANI

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 7.431, DE 21 DE MARÇO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) MACPONTA - MAQUINAS AGRICOLAS LTDA, CNPJ nº 00.702.079/0001-00 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DE 13 DE MARÇO DE 2017

Expede autorização, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional à(ao):

Nº 7.245 - VANGUARDA AGRO S.A., CNPJ nº 05799312000120, Processo nº 53504.012678/2016-04

Nº 7.246 - LEA SCHWERY ABDALLA, CNPJ nº 11165391872, Processo nº 53504.014278/2016-25

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

DESPACHO DO GERENTE

O Gerente Regional da Anatel em São Paulo, nos termos do art. 82, inciso IX, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612/2013, torna públicas as decisões dos Recursos Administrativos interpostos nos processos a seguir relacionados.

A íntegra das decisões pode ser acessada por meio do site da Agência (<http://www.anatel.gov.br/institucional/index.php/processos-administrativos>) (PROCESSOS: 53504.011482/2011-80; 53504.010552/2015-14; 53504.010111/2013-42)

SANDRO ALMEIDA RAMOS

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 7.109, DE 7 DE MARÇO DE 2017

Processo nº 53500.045564/2017-53.

Expede autorização à MUNDO TELECOMUNICACOES X3 LTDA. ME - ME, CNPJ/MF nº 20.382.367/0001-24, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 10 DE MARÇO DE 2017

Nº 7.199 Processo nº 53500.012733/2015-15.

Expede autorização à GLOBALTECH TELECOMUNICACOES E INFORMÁTICA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 15.118.563/0001-56, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 7.216 Processo nº 53500.002610/2015-68.

Expede autorização à BYTEWEB COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA - EPP, CNPJ/MF nº 10.468.974/0001-58, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO.

Nº 7.217 Processo nº 53500.002610/2015-68.

Expede autorização à BYTEWEB COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA - EPP, CNPJ/MF nº 10.468.974/0001-58, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, tendo como Área de Prestação do Serviço todo o território nacional, e como Áreas de Abrangência do Atendimento aquelas indicadas em seu Projeto Técnico e alterações posteriores.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL

EXTRATO DE PARECER Nº 10/2017

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o CONCEA apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01200.002114/2016-76 (488)

CNPJ: 18.621.825/0001-99 - MATRIZ

Razão Social: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI - UFCA



Nome da Instituição: UFCA
Endereço da Instituição: Avenida Tenente Raimundo Rocha, s/n - Cidade Universitária - CEP: 63.048-080 - Juazeiro do Norte/CE
Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.

Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 01.0460.2017
O CONCEA, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 13/2017/CONCEA/MCTIC.

A instituição apresentou todos os documentos conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, além de comprovar constituição de CEUA nos termos do art. 8º da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008.

O CONCEA esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo CONCEA, aplicáveis ao objeto do requerimento.

MONICA L. ANDERSEN

EXTRATO DE PARECER Nº 11/2017

A Coordenadora do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - CONCEA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 5º, inc. II, da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008; arts. 34 e 35 do Decreto nº 6.899, de 15 de julho de 2009; e Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, torna público que o CONCEA apreciou e emitiu Parecer Técnico para o seguinte pedido de credenciamento:

Processo nº.: 01250.004261/2016-95 (519)
CNPJ: 92.741.990/0040-43 - FILIAL
Razão Social: SOCIEDADE PORVIR CIENTÍFICO
Nome da Instituição: CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SAL-

LE

Endereço da Instituição: Avenida Victor Barreto, nº 2288 - Centro - CEP: 92.010-000 - Canoas/RS

Modalidade de solicitação: requerimento de credenciamento da instituição.

Decisão: DEFERIDO
CIAEP: 01.0461.2017

O CONCEA, após análise do pedido de credenciamento da instituição, concluiu pelo DEFERIMENTO, conforme o Parecer nº 14/2017/CONCEA/MCTIC.

A instituição apresentou todos os documentos conforme disposto na Resolução Normativa nº 21, de 20 de março de 2015, além de comprovar constituição de CEUA nos termos do art. 8º da Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008.

O CONCEA esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no País e das normas estabelecidas pelo CONCEA, aplicáveis ao objeto do requerimento.

MONICA L. ANDERSEN

**SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL**

**DESPACHO DA DIRETORA
Em 24 de fevereiro de 2017**

Nº 251 - A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo IV, art. 75, § 1º, inciso V, da Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, e considerando o que consta no processo nº 53900.013930/2015-31, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, autorizatória do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de NANUQUE, estado de Minas Gerais, utilizando o canal digital nº 58 (cinquenta e oito), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 4162/2017/SEI-MCTIC.

INEZ JOFFILY FRANÇA

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

**DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL
Em 17 de março de 2017**

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 1º da Portaria nº 522, de 1º de fevereiro de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 03 de março de 2017, e considerando o que consta no processo nº 53900.063191/2016-17, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da TELEVISÃO CACHOEIRÁ DO SUL LTDA., autorizatória do Serviço de Retransmissão de Televisão, anelar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no município de VITÓRIA DE SANTO ANTÃO estado de Pernambuco, utilizando o canal 29 (vinte e nove) em substituição ao canal 23 (vinte e três), nos termos da Nota Técnica nº 5530/2017/SEI-MCTIC.

FABIANO DE VASCONCELLOS COSTA COUTO

Ministério da Cultura

**FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO INTERNA
DIVISÃO 2**

PORTARIA Nº 113, DE 22 DE MARÇO DE 2017

O Presidente da Fundação Cultural Palmares, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 1º da Lei nº 7.668 de 22 de agosto de 1988, em conformidade com a Convenção nº 169 da Or-

ganização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, o Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, §§ 1º e 2º do artigo 2º e § 4º do artigo 3º e Portaria Interna nº 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, resolve:

Art. 1º REGISTRAR no Livro de Cadastro Geral nº 018 e CERTIFICAR que, conforme a declaração de autodefinição e o processo em tramitação na Fundação Cultural Palmares, as comunidades a seguir SE AUTODEFINEM COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO:

1. COMUNIDADE FAZENDA ESPÍRITO SANTO, localizada no município de Cabo Frio/RJ, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 018, Registro nº 2.498 fl.119 - Processo nº 01420.000799/2016-21.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ERIVALDO OLIVEIRA DA SILVA

**SECRETARIA DE FOMENTO
E INCENTIVO À CULTURA**

PORTARIA Nº 187, DE 22 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
159379 - BRASIL FRANÇA - Uma ação Sociocultural ASSOCIACAO LOUVEIRENSE DE DANCA-COMPANHIA DE DANCA GIOIA RARA

CNPJ/CPF: 07.241.033/0001-72
Processo: 01400069815201558
Cidade: Louveira - SP;
Valor Aprovado: R\$ 364.430,00
Prazo de Captação: 23/03/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Projeto que visa selecionar 10 jovens e adolescentes com menos condições financeiras e de comunidades carentes e dar aulas de dança para montar um espetáculo e levar um grupo de 14 pessoas para a cidade de Paris, na França durante 11 dias. Esse grupo será inicialmente formando por 20 jovens e adolescentes pré - selecionados, através de audição aberta para a comunidade, onde irá compor o grupo dos participantes do projeto e posteriormente haverá outra pré-seleção para a escolha final dos 10 bailarinos e bailarinas que participarão efetivamente da viagem.

164472 - Carnaval 2017- Encontros do Carnaval AMI 7 PROMOCAO E EVENTOS ARTISTICOS E CULTURAIS LTDA - ME.

CNPJ/CPF: 03.948.423/0001-26
Processo: 01400221465201628
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R\$ 487.000,00
Prazo de Captação: 23/03/2017 à 31/08/2017

Resumo do Projeto: Encontro com todos os responsáveis pelo carnaval para trocar experiências, Seminários e palestras sobre o carnaval.

170515 - Grande Sertão Veredas Dois + Três Produções Artísticas Ltda ME
CNPJ/CPF: 15.156.700/0001-47
Processo: 01400004348201782
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R\$ 1.461.400,00
Prazo de Captação: 23/03/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Educação, cultura e arte, através da montagem do espetáculo - GRANDE SERTÃO VEREDAS, valorizando o teatro com espaço de difusão de obras clássicas e contemporâneas. Espetáculo de direção de Bia Lessa, com previsão de temporada de 2 meses iniciais com cerca de 40 sessões. O trabalho estabelecerá uma comunicação direta com instituições de ensino médio e universidades aproximando-os do processo de criação e da compreensão da obra. Esse espetáculo/opera deverá ser apresentado em diferentes cidades brasileiras e em festivais nacionais e internacionais, com ingressos a preços populares possibilitando o acesso (para a população independente de classe social, grau de escolaridade etc.), a uma das mais importantes obras da literatura.
164653 - Lua Negra

LOALBA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LIMITADA – EPP

CNPJ/CPF: 21.258.410/0001-07
Processo: 0140022229201629
Cidade: Santo André - SP;
Valor Aprovado: R\$ 960.380,00
Prazo de Captação: 23/03/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Pretende-se realizar a montagem e temporada do espetáculo teatral "Lua Negra", uma tragicomédia nacional escrita por Ed Anderson. O texto inédito é inspirado no universo marginal de HQs e no cinema noir, retratando aspectos da personalidade do homem, sua memória, seus atos e a sua trajetória numa sociedade de conteúdos volúveis onde nada é o que parece ser.

164307 - O CÍRCULO DE GIZ CAUCASIANO PEMA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.

CNPJ/CPF: 25.047.423/0001-98
Processo: 01400220406201632
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R\$ 1.789.441,00
Prazo de Captação: 23/03/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Montagem e apresentações, em duas temporadas, da peça O Círculo de Giz Caucasiano, de Bertolt Brecht. A peça aborda a questão do direito à terra por meio de uma história que remete à decisão salomônica sobre a disputa de duas mães por uma criança. Debates de abertura e encerramento do projeto serão realizados em cada cidade onde será apresentado o espetáculo, nos quais estarão presentes a direção, o elenco e convidados especiais, para uma conversa com o público acerca de temas descortinados pela dramaturgia brechtiana e pelo espetáculo em questão.

164506 - Oficinas Culturais: Artes e suas Eficiências Circodança Suzie Bianchi Ltda - ME

CNPJ/CPF: 04.873.952/0001-70
Processo: 01400221608201600
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R\$ 452.670,00
Prazo de Captação: 23/03/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O presente projeto objetiva realizar oficinas culturais para crianças, jovens e adultos deficientes físicos ou deficientes cognitivos. Serão ofertadas gratuitamente oficinas na modalidade de: dança inclusiva, dança Flamenca e Circo.

163552 - Projeto Dandara: Caminha em Frente Instituto Nacional Dandara Capoeira Arte e Cultura

CNPJ/CPF: 22.215.285/0001-10
Processo: 01400215607201618
Cidade: Paranaguá - PR;
Valor Aprovado: R\$ 463.850,00
Prazo de Captação: 23/03/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O "Projeto Dandara: Caminha em Frente" foi modelado para realizar o ensino de artes cênicas e dança juntamente com a gravação de todos os trabalhos, com tiragem final de 2.000 DVDs. A divulgação ocorrerá de maneira ampla, incluindo a Internet, dando publicidade Internacional ao projeto. Ao final, terá sido estimulada a cultura nacional através do estímulo da cultura nacional através da realização de ensino de artes à população de baixa renda.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
164537 - Musica e Cidadania EMJ

Escola de Música de Jundiá
CNPJ/CPF: 52.362.571/0001-70
Processo: 01400221643201611
Cidade: Jundiá - SP;
Valor Aprovado: R\$ 353.936,00
Prazo de Captação: 23/03/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto "Música e Cidadania EMJ" irá oferecer a crianças e jovens cursos e oficinas de música divididos em aulas de percepção musical e instrumentos - flauta transversal, sax, violino, viola, violoncelo - e prática de conjunto - coral cênico, conjunto Infante-juvenil, orquestra jovem e conjunto de música popular. Como parte dos cursos também acontecerão apresentações dos conjuntos.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
170650 - A identidade cultural dos imigrantes à luz de narrativas orais

Heloisa Juncklaus Preis Moraes
CNPJ/CPF: 017.770.829-86
Processo: 01400005192201757
Cidade: Tubarão - SC;
Valor Aprovado: R\$ 143.560,00
Prazo de Captação: 23/03/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Este projeto busca analisar a identidade cultural dos imigrantes que migraram para o sul de Santa Catarina recentemente. Para tanto, serão coletadas narrativas orais, de modo a promover uma discussão sobre o imigrante a partir de abordagens teóricas que tratam de identidade, cultura, memória e imaginação. Com base nessas narrativas, que contemplarão temas voltados à religião, família, música, sonhos etc., será produzido um livro, visando difundir, valorizar, integrar e estudar aspectos que constituem esse sujeito que saiu de seu lugar de origem e que, para além de um deslocamento físico, vem ressignificar nesse novo lugar seus aspectos culturais, sociais, políticos, históricos, ideológicos e identitários.

170564 - A OBRA DE ARMINDA LOPES Stricher Comunicação Ltda

CNPJ/CPF: 05.636.026/0001-44
Processo: 0140000454201700
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R\$ 336.077,50
Prazo de Captação: 23/03/2017 à 31/12/2017



JOSE CARLOS LOPES CRUZ - 9613480-Z, natural de Portugal, nascido em 22 de março de 1963, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08388.000815/2017-50);

JOSE PEDRO DA CONCEIÇÃO LOPES RIBEIRO - V973472-Z, natural de Portugal, nascido em 13 de fevereiro de 1963, filho de Manuel Antonio Lopes Ribeiro e de Maria da Conceição Lopes Ribeiro, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08000.011227/2017-49);

MARCO PAULO OLIVEIRA ROSAS - V951972-0, natural de Portugal, nascido em 01 de janeiro de 1978, filho de Joaquim Simoes de Oliveira Rosas e de Maria de Fatima Cruz de Oliveira, residente no Estado do Pernambuco (Processo nº 08400.002403/2017-49);

MARIA MADALENA DE OLIVEIRA PACHECO - G019934-R, natural de Portugal, nascida em 07 de janeiro de 1963, filha de Adelino Lopes Pacheco e de Maria de Lurdes Gomes de Oliveira, residente no Estado do Goiás (Processo nº 08000.006847/2017-66);

PAULO ALEXANDRE COELHO ABRANCHES - G140150-7, natural da França, nascido em 06 de junho de 1974, filho de Antonio Maria Jesus Abranches e de Maria Manuela Eugenio Coelho, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08000.006971/2017-21);

TERESA MARIA GOUVEIA DA SILVA MOREIRA - V826452-Q, natural do Portugal, nascida em 03 de setembro de 1985, filha de Jose Manuel Lopes da Silva Moreira e de Angelica Maria Borges Gouveia, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08000.012219/2017-10);

TOMAZ DE BORGES DE CASTRO DA MOTA CAPITÃO - V959492-B, natural do Portugal, nascido em 20 de janeiro de 1982, filho de Manuel Abreu Lopes da Mota Capitão e de Maria Luz B de Borges de C da Mota Capitão, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08000.011495/2017-61) e

VITOR EMANUEL GRANITO PONTES - V948168-V, natural de Portugal, nascido em 26 de novembro de 1990, filho de Duarte Nuno Vieira Pontes e de Dilia Maria Correia Granito Paiva, residente no Estado da Paraíba (Processo nº 08375.000844/2017-61).

GUSTAVO JOSÉ MARRONE DE CASTRO SAMPAIO

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

DESPACHOS DA DIRETORA

INDEFIRO o recurso tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão recorrida e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 10/02/2017, Seção 1, página 17. Processo nº 08505.091173/2016-25 - ALEJANDRO VALLEJO CUNADO

INDEFIRO o recurso tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão recorrida e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 24/02/2017, Seção 1, página 64. Processo nº 08505.005439/2016-25 - CHIEDOKAM BETHRAND AJAWUIHE

INDEFIRO o recurso tendo em vista que o Interessado teve sua expulsão decretada pela Portaria Ministerial nº 148 e por não ter apresentado elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão recorrida, mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 29/02/2016, Seção 1, página 63. Processo nº 08505.081430/2015-30 - FAUSTINO AUGUSTO PATECO OFICO

INDEFIRO o recurso, tendo em vista que não foram apresentados elementos de fato e de direito capazes de modificar a decisão recorrida, e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 28/11/2014, Seção 1, página 94.08354007237201346 - MASSIMILIANO RUSSO

INDEFIRO o recurso, tendo em vista que o interessado não cumpriu a exigência encaminhada e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 01/08/2011, Seção 1, página 50.

Processo nº 08506005670201013 - LIDIO ESTEBAN VARGAS SAMANIEGO

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS DA CHEFE

Declara que a grafia do nome de MANOEL LECINIO GONÇALVES, incluída na presente Portaria Naturalização nº 29, de 10 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 15 de fevereiro de 2017, é MANOEL LICINIO GONÇALVES e não como constou. Processo: 08000.006105/2017-31

Certifico que, o exato nome de MARIA BEATRIZ DE AZEVEDO SOTTO MAIOR MACEDO, incluída na Portaria de nº 00306, de 17 de junho de 1991, publicada no Diário Oficial da União de 18 de junho de 1991, de Igualdade de Direitos e Obrigações Cívicas e o Gozo de Direitos Políticos, é MARIA BEATRIZ AZEVEDO SOTTO MAIOR MACEDO, natural de Portugal, nascida a 25 de fevereiro de 1952, filha de Orlando Vasconcelos de Azevedo e de Maria Manuela Monteiro de Azevedo, e não como constou. Processo nº 08000.017350/2017-73

Certifico, que VICENTE FERMIN VILELA RAMIREZ, passou a assinar VICENTE FERMIN VILELA RAMIREZ CAMILO, por haver contraído matrimônio com Edison Mauricio Camilo, aos 10 de março de 2017, conforme certidão de casamento passada pelo Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais - Indaiatuba, Estado de São Paulo, Matrícula 115717 01 55 2017 2 00149 110 0032932 08. CERTIFICO, ainda, que no Certificado de Naturalização de VICENTE FERMIN VILELA RAMIREZ, onde se lê Portaria nº 50, leia-se Portaria nº 54, de 08 de abril de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 16 de abril de 2015, Seção 1, página 33. Processo nº 08000.017337/2017-14

Declara que a exata grafia do nome da genitora de EVELYN YASMIN RIVERA, incluída na portaria coletiva de Naturalização nº 138, de 17 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 24 de junho de 2016, é DORA MARIA RIVERA, e não conforme constou. Processo nº 08000.016838/2017-83

Certifico que, PIROSKA BENKE, incluída no Decreto Coletivo nº 488, de 05 de outubro de 1967, publicado no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 1967, passou a assinar PIROSKA BENKE MAZZINI, por haver contraído matrimônio com Maraldo Mazzini, em 17 de maio de 1969, conforme certidão de casamento expedida pelo Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito da Sede do Município e Comarca de Guarulhos, Estado de São Paulo, registrada no Livro B-48, às fls. 246 e v, sob o nº de ordem 13.572. Processo nº 08000.011865/2017-60

Declara que VITORIO MARTELETO, a quem se refere o presente Certificado de Naturalização é, VITTORIO MARTELLETO, e que a data de seu nascimento é 10 de outubro de 1895, bem assim os nomes de seus genitores que são ANTONIO DOMENICO MARTELLETO e ERMINIA RAMPONI, conforme consta na certidão de nascimento do seu País de origem. Processo nº 08000.026608/2016-41

SIMONE ELIZA CASAGRANDE

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHO DA DIRETORA ADJUNTA

Em 21 de março de 2017

Nº 133/2017/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº 08000.001945/2017-15
Programa: "BIG BROTHER BRASIL 17 - Especial de Carnaval"
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A.
Emissora: Rede Globo

A Diretora Adjunta, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014:

CONSIDERANDO que a emissora solicitou autotransferência da obra como "não recomendada para menores de dez anos" e que, durante a exibição, se verificou que as cenas apresentadas não justificam tal classificação; resolve indeferir o pedido de autotransferência da obra, classificando-o como "livre".

ALESSANDRA XAVIER NUNES

Ministério da Saúde

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 762, DE 22 DE MARÇO DE 2017

A Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 920, de 15 de abril de 2016, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Reprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise, em cumprimento a decisão judicial proferida nos autos do processo nº 0033819-83.2016-4.01.3400, 1ª Vara Federal/DF que determinou que a Anvisa procedesse a avaliação toxicológica dos produtos MAXSAN, ZEUS, SPIRIT SC, KANPAI, STARKLE.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MEIRUZE SOUSA FREITAS

ANEXO

GERÊNCIA GERAL DE TOXICOLOGIA - GGTOX
INDEFERIMENTOS
PROCESSO
EMPRESA
CNPJ
MARCA COMERCIAL
CÓDIGO DE ASSUNTO
25351.198565/2015-12
IHARABRAS S.A. INDÚSTRIA QUÍMICAS
61.142.550/0001-30
MAXSAN
5066 - PRODUTO FORMULADO NOVO - AVALIAÇÃO
TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO
AINDA NÃO REGISTRADO NO PAÍS
25351.201396/2015-40
IHARABRAS S.A. INDÚSTRIA QUÍMICAS
61.142.550/0001-30
ZEUS
5066 - PRODUTO FORMULADO NOVO - AVALIAÇÃO
TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO
AINDA NÃO REGISTRADO NO PAÍS
25351.469247/2015-89
IHARABRAS S.A. INDÚSTRIA QUÍMICAS
61.142.550/0001-30
SPIRIT SC
5066 - PRODUTO FORMULADO NOVO - AVALIAÇÃO
TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO
AINDA NÃO REGISTRADO NO PAÍS
25351.392045/2011-45
IHARABRAS S.A. INDÚSTRIA QUÍMICAS
61.142.550/0001-30
KANPAI
5066 - PRODUTO FORMULADO NOVO - AVALIAÇÃO
TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO
AINDA NÃO REGISTRADO NO PAÍS
25351.123217/2011-69
IHARABRAS S.A. INDÚSTRIA QUÍMICAS
61.142.550/0001-30
STARKLE
5066 - PRODUTO FORMULADO NOVO - AVALIAÇÃO
TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO
AINDA NÃO REGISTRADO NO PAÍS

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 763, DE 22 DE MARÇO DE 2017

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 151, III e o art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 140, de 23 de fevereiro de 2017 resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresa Prestadora de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no Anexo, para fins de atendimento ao determinado no Despacho Judicial do Mandado de Segurança Processo Nº 5000737-18.2017.4.03.6105.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

EMPRESA: INTERIORS SERVICE - SERVIÇOS AERONÁUTICOS LTDA
AUTORIZ/MS: 9.07916-4
CNPJ: 07.538.019/0005-69
PROCESSO Nº: 25759.126999/2017-86 (EXP: 0371416/17-1)
ENDEREÇO: RODOVIA SANTOS DUMONT - KM 66 - S/N, SALA 167
BAIRRO: PARQUE VIRACOPOS
MUNICÍPIO: CAMPINAS
UF: SP
CEP: 13.052-901
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: Prestação de serviços de limpeza, desinfecção e descontaminação de superfícies de Aeronaves, Veículos Terrestres em trânsito por estações e passagens de fronteira, Embarcações, terminais portuários e aeroportuários de cargas e viajantes, terminais aduaneiros de uso público e estação e passagem de fronteiras.



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CLIV N° 57

Brasília - DF, quinta-feira, 23 de março de 2017



SEÇÃO



Sumário

| | PÁGINA |
|---|--------|
| Presidência da República..... | 1 |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 3 |
| Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações | 6 |
| Ministério da Cultura..... | 9 |
| Ministério da Defesa..... | 11 |
| Ministério da Educação | 23 |
| Ministério da Fazenda..... | 59 |
| Ministério da Integração Nacional | 73 |
| Ministério da Justiça e Segurança Pública..... | 73 |
| Ministério da Saúde | 75 |
| Ministério das Cidades..... | 83 |
| Ministério das Relações Exteriores | 84 |
| Ministério de Minas e Energia..... | 84 |
| Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário..... | 87 |
| Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços | 88 |
| Ministério do Esporte..... | 88 |
| Ministério do Meio Ambiente..... | 89 |
| Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão | 92 |
| Ministério do Trabalho | 93 |
| Ministério do Turismo | 93 |
| Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil | 93 |
| Ministério Público da União | 97 |
| Tribunal de Contas da União | 100 |
| Defensoria Pública da União..... | 101 |
| Poder Legislativo..... | 102 |
| Poder Judiciário..... | 102 |
| Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. | 109 |
| Ineditoriais | 117 |

Presidência da República

CASA CIVIL

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nº Processo: 4001/2017. Objeto: Inscrição de 08 (oito) empregados da EBC, para participação no Rio Content Market 2017, nos dias 08 a 10/03/2017, em Brasília/DF, das 9h00 às 19h30. Fundamento Legal: Art. 63, "caput", do Regulamento de Compras da EBC (Decreto 6.505/2008), c/c o art. 25, "caput", da Lei 8.666/93. Ato de Inexigibilidade de Licitação em 08/03/2017. Luiz Antônio Duarte Moreira Ferreira. Diretor de Administração, Finanças e Pessoas. Ratificação em 08/03/2017. Laerte de Lima Rimoli. Diretor-Presidente da Empresa Brasil de Comunicação. Valor Total: R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Contratada: Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão - ABPI-TV. CNPJ: 04.775.616/0001-95.

| TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS | | |
|-------------------------------------|------------------|----------------|
| Páginas | Distrito Federal | Demais Estados |
| de 04 a 28 | R\$ 0,50 | R\$ 2,00 |
| de 32 a 76 | R\$ 0,90 | R\$ 2,40 |
| de 80 a 156 | R\$ 1,90 | R\$ 3,40 |
| de 160 a 250 | R\$ 2,50 | R\$ 4,00 |
| de 254 a 500 | R\$ 5,00 | R\$ 6,50 |

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R\$ 0,179

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 8/2017 UASG 115406

Nº Processo: 3059/2015. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de Locação de Conjuntos de Displays VideoWall, com acessórios e manutenção garantida, para serem operados pela EBC, incluindo instalação, integração, configuração, e instruções de uso e operação, para compor os cenários dos estúdios do noticiário da NBR e da TV Brasil, em Brasília/DF, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 23/03/2017 de 09h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h00. Endereço: Scs Qd. 08, Ed. Super Center Venâncio 2000, Bl. B-50/60_1º Subsol Asa Sul - BRASILIA - DF ou www.compras-governamentais.gov.br/edital/115406-05-8-2017. Entrega das Propostas: a partir de 23/03/2017 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 04/04/2017 às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br.

ANDRE LUIZ ALVARENGA CALANDRINE
Pregoeiro

(SIDECA - 22/03/2017) 115406-20415-2017NE000238

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA DIRETORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE CANCELAMENTO PREGÃO Nº 3/2017

Comunicamos o cancelamento do aviso de revogação e a manutenção da suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 07/03/2017. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de material para sistema de abastecimento comunitário, conforme Termo de Referência.

LUIZ AGAPITO DURAES BEZERRA
Pregoeiro

(SIDECA - 22/03/2017) 373083-37201-2017NE800010

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ACRE

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 1/2017

O pregoeiro do INCRA/AC, torna público o resultado do pregão 01/2017, empresas vencedoras: FARHAT & FARHAT, itens 1, 2 e 3, valor global R\$443.164,80 e AEROBAN DISTRIBUIDORA IMP E EXPL.TDA, itens 6, 7 e 8, valor global R\$ 76.634,10os itens 4, 5, 9 e 10 cancelado por inexistência de proposta.

JOSÉ TORRES BATISTA

(SIDECA - 22/03/2017) 373015-37201-2017NE800003

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA BAHIA

EDITAL

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, nomeado pela Portaria/INCRA/Nº 815/2016, art. 1º publicado no D.O.U. De 28/12/2016, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22 da Estrutura Regimental, aprovado pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009, combinado com o art. 132 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/MDA/nº 20 de 08 de abril de 2009, publicada no D.O.U. de 09 de abril de 2009, TORNA PÚBLICO que tramita na citada Superintendência o Processo Administrativo nº 54160.000062/09-54, que trata da regularização fundiária das terras da Comunidade Quilombola de Boa Vista do Pixaim, localizada no município de Muquém do São Francisco,

Estado da Bahia. O território ora em processo de regularização é o que consta no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação realizado por equipe multidisciplinar instituída pelas Ordens de Serviço/INCRA/GAB/BA /Nº21/2013; Nº 142/2011, Nº 108/2012, Nº 116/2012, Nº 71/2013, Nº 95/2013 e Nº117/2014 e aprovado pelo Comitê de Decisão Regional, conforme Ata nº 05/2017. A comunidade é composta por 203 (Duzentas e três) famílias e o território identificado e delimitado possui área de 17.002,6304 (Dezesseis mil e dois hectares, sessenta e três ares e 4 centiares) e perímetro de 84.655,661 m (oitenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e cinco metros, sessenta e seis centímetros e dez milímetros), com os seguintes limites e confrontações: Norte: com Fazenda Colorado, Rio São Francisco, Área de Posse de Roque Muritiba, Estrada Municipal e Faixa de Domínio da Rodovia Estadual Ba 161. Leste: com Fazenda Colorado, Rio São Francisco, Fazenda Pageu, Serra do Boqueirão e Fazenda Santa Maria. Sul: com Rio São Francisco, Fazenda Pageu, Frigorífico Frijoa, Serra do Muquém, Serra do Boqueirão e Fazenda Santa Maria. Oeste: com Serra do Muquém, Área de Posse de Roque Muritiba, Estrada Municipal e Fazenda Santa Maria. No perímetro descrito incidem os seguintes registros imobiliário lavrado no Cartório do Registro Geral de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Barra: Alberto Batista da Silva, matrícula nº1315; Patrimonial Nossa Senhora do Socorro Ltda / Jaime Oliveira do Amor, matrícula nº2.704; Roque Carneiro Muritiba, matrículas ns.º 2.887 e R3-232.Incidem também posses em nome de: Teodoro de Souza Lima e Carlos de Souza Santos. Nestes termos, o INCRA/BA NOTIFICA os detentores de domínio ou não, abrangidos pelo perímetro descrito, e os demais ocupantes e confinantes para no prazo de 90 dias para apresentarem suas contestações ao Relatório Técnico. Para maiores informações, os interessados devem procurar o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas, da Superintendência Regional do INCRA, situada na Avenida Ulysses Guimarães, nº640 - Sussuarana - Centro Administrativo da Bahia - Cep: 41.213-000. Fone: (71) 3505.5318 - Fax: (71) 3305-5314, de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas, onde o referido processo administrativo, em cujos autos se processa o feito, estará à disposição dos interessados para consulta.

SALVADOR, BA - 21 de Março de 2017
GIUSEPPE SERRA SECA VIEIRA
Superintendente Regional

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO

EXTRATO DE RESCISÃO

O presnete Termemo Aditivo que entre si celebram o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria - INCRA/MT, CNPJ 00.375.972/0016-47 e a Prefeitura Municipal de Brasnorte CNPJ 01.375.138/0001-38, tem por objeto: a Rescisão do convenio 786852/2013, considerando que os recursos alocados não serão suficientes para a execução total do objeto conveniado tendo em vista que os valores de referencia estão defasados. Processo 54240.002290/2012-74.

CONCEDENTE: João Bosco de Moraes-Superintendente Regional Sub. do INCRA/MT

CONVENIENTE: Eudes Tarciso de Aguiar-Prefeito Municipal

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 38003/2013 - UASG 373058

Número do Contrato: 38000/2013. Nº Processo: 54290003012201320.

DISPENSA Nº 32/2013. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA. CNPJ Contratado: 15413826000150. Contratado : ENERGISA MATO GROSSO DO SUL -DISTRIBUIDORA DE ENERGIA. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato CRT/MS/Nº 38.000/2013, para o período de 1º de janeiro de 2017 a 1º de janeiro de 2018. Fundamento Legal: 8.666, art. 57, II. Vigência: 01/01/2017 a 01/01/2018. Valor Total: R\$30.000,00. Fonte: 176370002 - 2016NE800045. Data de Assinatura: 24/11/2016.

(SICON - 22/03/2017) 373058-37201-2017NE800057

Espécie: TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO DE PARCERIA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO (P&D) VINCULADO A APOIO FINANCEIRO, JUNTO AO AMBIENTE PRODUTIVO NACIONAL (SAIC/AJU/Embrapa nº 10200.14/0033-2-2). PARTES: A EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - Embrapa (CNPJ nº 00.348.003/0001-10), YARA BRASIL FERTILIZANTES S.A. (CNPJ nº 92.660.604/0001-82), e a FUNDAÇÃO ELISEU ALVES (CNPJ nº 08.962.306/0001-30). OBJETO: Prorrogação de Vigência por 24 (vinte e quatro) meses, passando seu termo final para 13 de março de 2019. DATA DE ASSINATURA: 16/02/2017. SIGNATÁRIOS: Vânia Beatriz Rodrigues Castiglioni, Diretora-Executiva de Administração e Finanças, pela Embrapa; Lair Vianei Hanzen, Diretor-Presidente, pela Yara Brasil Fertilizantes S.A.; e Alexandre de Oliveira Barcellos, Diretor-Presidente, pela Fundação Eliseu Alves.

EMBRAPA TRIGO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2017 - UASG 135032

Nº Processo: 09 . Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de materiais diversos. Total de Itens Licitados: 00012. Edital: 23/03/2017 de 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h30. Endereço: Rodovia Br-285, Km 294 - Caixa Postal 451 PASSO FUNDO - RS ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/135032-05-2-2017. Entrega das Propostas: a partir de 23/03/2017 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 04/04/2017 às 08h30 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Havendo divergências entre a tabela CAT/MAT e o edital, prevalecerá sempre as contidas no edital.

OSVALDO VASCONCELLOS VIEIRA
Chefe Adjunto de Administração

(SIDEC - 22/03/2017) 135032-13203-2017NE999999

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA COORDENAÇÃO-GERAL DE APOIO LABORATORIAL LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO EM PORTO ALEGRE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 5/2017 - UASG 130103

Nº Processo: 21043001825201691. DISPENSA Nº 15/2016. Contratante: MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO. CNPJ Contratado: 02016439000138. Contratado : RIO GRANDE ENERGIA SA -.Objeto: Contratação de serviços de distribuição e fornecimento de energia elétrica em proveito do Posto Agropecuário em SARANDÍ/RS, do LANAGRO/RS. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 . Vigência: a partir de 11/10/2016, com data final indeterminada, conforme Orientação Normativa AGU nº 36, de 13/12/2011. Valor Total: R\$54.000,00. Fonte: 100000000 - 2017NE800092. Data de Assinatura: 11/10/2016.

(SICON - 22/03/2017) 130103-00001-2017NE800187

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2016 - UASG 130103

Nº Processo: 21043001355201665 . Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de material de limpeza. Total de Itens Licitados: 00030. Edital: 23/03/2017 de 08h00 às 11h30 e de 13h00 às 16h30. Endereço: Estrada Ponta Grossa - 3036 Ponta Grossa - PORTO ALEGRE - RS ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/130103-05-19-2016. Entrega das Propostas: a partir de 23/03/2017 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 11/04/2017 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

MARCO AURELIO DOLADO DA SILVA
Chefe de Compras

(SIDEC - 22/03/2017) 130103-00001-2017NE800187

LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO EM RECIFE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2017 - UASG 130016

Número do Contrato: 6/2016. Nº Processo: 21002000034201620. PREGÃO SISPP Nº 1/2016. Contratante: MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO. CNPJ Contratado: 14603261000100. Contratado : BUCHI BRASIL LTDA. -.Objeto: Prorrogar a vigência do contrato por mais 12 meses, correspondendo de 07/03/2017 a 03/03/2018. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e demais legislações correlatas. Vigência: 07/03/2017 a 07/03/2018. Valor Total: R\$136.000,00. Fonte: 100000000 - 2017NE800082 Fonte: 100000000 - 2017NE800007. Data de Assinatura: 07/03/2017.

(SICON - 22/03/2017) 130016-00001-2017NE800001

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2017 - UASG 130016

Número do Contrato: 3/2014. Nº Processo: 21002000098201388. PREGÃO SISPP Nº 2/2014. Contratante: MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO. CNPJ Contratado: 10537427000187. Contratado : AB SCIEIX COMERCIO DE INSTRUMENTOS-LABORATORIAIS LTDA.. Objeto: Prorrogar a vigência do contrato por mais 12 meses, correspondendo de 14/03/2017 a 14/03/2018. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e demais legislações correlatas. Vigência: 14/03/2017 a 14/03/2018. Valor Total: R\$292.600,14. Fonte: 100000000 - 2017NE800080 Fonte: 100000000 - 2017NE800004. Data de Assinatura: 14/03/2017.

(SICON - 22/03/2017) 130016-00001-2017NE800001

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2017 - UASG 130016

Número do Contrato: 30/2014. Nº Processo: 21002000091201447. PREGÃO SISPP Nº 43/2014. Contratante: MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO. CNPJ Contratado: 10911755000100. Contratado : COMPOR ENGENHARIA E AUTOMACAO LTDA- EPP. Objeto: Promover alteração contratual, consistente na diminuição quantitativa do universo do objeto do contrato (supressão da prestação de serviços relativamente a 1 posto de técnico de edificações). Fundamento Legal: Lei 8666/93 e demais legislações correlatas. Vigência: 17/03/2017 a 15/12/2017. Valor Total: R\$93.531,12. Fonte: 100000000 - 2017NE800016 Fonte: 100000000 - 2017NE800064. Data de Assinatura: 17/03/2017.

(SICON - 22/03/2017) 130016-00001-2017NE800001

SECRETARIA DE MOBILIDADE SOCIAL, DO PRODUTOR RURAL E DO COOPERATIVISMO

EXTRATOS DE CONVÊNIOS

Espécie: Convênio Nº 837365/2016, Nº Processo: 2100005519201671, Concedente: MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICIPIO DE DIVINOPOLIS CNPJ nº 18291351000164, Objeto: Aquisição de Calciário para distribuição de aos pequenos produtores rurais do município., Valor Total: R\$ 101.100,00, Valor de Contrapartida: R\$ 1.100,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 100.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE800711, Valor: R\$ 100.000,00, PTRES: 119573, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33404123, Vigência: 16/12/2016 a 16/12/2017, Data de Assinatura: 16/12/2016, Signatários: Concedente: JOSE RODRIGUES PINHEIRO DORIA CPF nº 432.309.116-87, Conveniente: GALILEU TEIXEIRA MACHADO CPF nº 003.964.866-49.

Espécie: Convênio Nº 839442/2016, Nº Processo: 21000057578201683, Concedente: MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICIPIO DE TURVOLANDIA CNPJ nº 18712141000100, Objeto: Aquisição de Gerador de energia, Valor Total: R\$ 100.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 1.000,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2016 - R\$ 99.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2016NE800666, Valor: R\$ 99.000,00, PTRES: 107988, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44404223, Vigência: 30/12/2016 a 30/12/2017, Data de Assinatura: 30/12/2016, Signatários: Concedente: JOSE RODRIGUES PINHEIRO DORIA CPF nº 432.309.116-87, Conveniente: ELIVELTO CARVALHO CPF nº 994.146.006-04.

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 836786/2016. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO, Unidade Gestora: 420013, Gestão: 00001. Conveniente : EMPRESA DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL DO D F, CNPJ nº 00.509.612/0001-04. P.I.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 801.109,20, Valor de Contrapartida: R\$ 1.109,20, Vigência: 27/12/2016 a 29/12/2018. Data de Assinatura: 21/03/2017. Assina : Pelo MINIST. DA AGRICUL. PECUARIA E ABASTECIMENTO - MIN.AGRICULTURA / JOSE RODRIGUES PINHEIRO DORIA-SECRETÁRIO DA SMC/MAPA.

(SICONV(PORTAL) - 22/03/2017)

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

EXTRATO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 1/2017

Espécie: Termo de Cooperação Técnica nº 001/2017 celebrado entre a União Federal, representada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no Estado de Minas Gerais - SFA/MG, CNPJ nº 00.396.895/0026-83, e a Prefeitura Municipal de Uberlândia/MG, CNPJ nº 18.431.312/0001-15, assinado em 21 de março de 2017. Objetivo: Constitui objeto deste Termo de Cooperação Técnica a cessão, pela Prefeitura ao Ministério, de 02 (dois) Médicos Veterinários, devidamente habilitados e registrados no respectivo Conselho Profissional - CRMV/MG, para integrar a equipe encarregada de executar os trabalhos de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, junto aos SIFs 121 e 3681, visando somar esforços junto à equipe de servidores desta SFA/MG naquela região. O presente acordo também prevê a designação de 01(um) Médico Veterinário, de-

vidamente habilitado e registrado no respectivo Conselho profissional - CRMV-MG, para atuar em substituição dos titulares ausentes por motivo de férias e compensação de horas de trabalho, de maneira previamente acordada entre os órgãos celebrantes. Assinaturas: Márcio Luiz Murta Kangussu - Superintendente Federal da SFA/MG, e Odelmo Leão Carneiro Sobrinho - Prefeito Municipal de Uberlândia/MG.

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE SERGIPE

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 4/2017

A presente licitação teve como vencedora a empresa de CNPJ nº 13.007.828/0010-04

JOSE RONALDO DA SILVA SANTOS
Chefe do SAG/SFA-SE

(SIDEC - 22/03/2017) 130028-00001-2017NE800016

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO CEARÁ

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 1, DE 20 DE MARÇO DE 2017

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO CEARÁ no uso de suas atribuições como Autoridade Julgadora, conferidas pelo Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e de acordo com o Artigo 26, § único, da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, considerando que se trata de caso de interessado com domicílio indefinido, em que não foi possível a entrega dos documentos e a identificação oficial, pessoalmente, através dos Correios, INTIMA a pessoa jurídica, GLOBO AGRONEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ME, CNPJ 14.706.111/0001-22, a COMPARECER através de seu representante legalmente constituído, na sede da Superintendência Federal de Agricultura no Ceará, na Av. dos Expedicionários, 3442 - Benfica - CEP: 60411-136 - Fortaleza-Ce, das 8:00 às 12:00h e das 13:00 às 17:00h, para tomar conhecimento do AUTO DE INFRAÇÃO Nº 001/2610/CE/2016, emitido em 19/12/2016, referente ao Processo Administrativo nº 21014.005681/2016-99 que trata do cumprimento às exigências contidas no Decreto nº 4.074/02 que regulamentada a Lei nº 7.802/89.

Após o prazo de 15 (QUINZE) dias contados da publicação deste edital, excluindo esse dia da contagem, o processo terá continuidade independentemente do comparecimento do intimado.

Outras informações sobre os procedimentos poderão ser obtidas, pessoalmente ou por meio de representante legal.

MARIA LUISA SILVA RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2017 - UASG 110008

Número do Contrato: 00018/2015, subrogado pelaUASG: 110008 - MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA.

Nº Processo: 00350003601201599. PREGÃO SRP Nº 4/2015. Contratante: MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA.-CNPJ Contratado: 02650833000123. Contratado : POLO SEGURANCA ESPECIALIZADA LTDA.-Objeto: Supressão do Contrato 18/2015 em aproximadamente 44,82% do seu valor, passando o seuvalor total mensal para R\$-54.716,01 e valor total anual para R\$-656.592,12, alterando a Clausulas terceira do referido contrato, em razãode acordo as partes constante do processo nº00350.003601/2015-99, com fundamento legal moart.65,II e § 2º, II da lei 8666/93 e suas alterações posteriores. Fundamento Legal: Art. 65, II e § 2º, II 2º dalei 8666/93. Data de Assinatura: 15/03/2017.

(SICON - 22/03/2017) 130094-00001-2017NE000019

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2017 - UASG 240101

Número do Contrato: 1/2015. Nº Processo: 01200003590201361. PREGÃO SRP Nº 1/2014. Contratante: COORDENACAO GERAL DE RECURSOS -LOGISTICOS/ MCTI. CNPJ Contratado: 40432544000147. Contratado : CLARO S.A. -.Objeto: Fica prorrogado, por mais um período de 12 (doze) meses, a partir de 16 de março de 2017, o prazo de vigência do contrato ora editado. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e demais normas correlatas. Vigência: 16/03/2017 a 16/03/2018. Valor Total: R\$391.958,62. Fonte: 188000000 - 2017NE800116. Data de Assinatura: 16/03/2017.

(SICON - 22/03/2017) 240101-00001-2017NE800001



**AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ,
RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 3/2017 - UASG 413010

Nº Processo: 5356000002021776.
PREGÃO SISPP Nº 1/2017. Contratante: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES. CNPJ Contratado: 40432544000147. Contratado : CLARO S.A. - Objeto: Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), modalidade Local, com Discagem Direta a Ramal (DDR), a serem utilizados pela Gerência Regional da Anatel no Estado do Ceará (GR09), pelo período de 12 meses. Fundamento Legal: Decreto nº 5.450/2005; Lei nº 10.520/2002. Vigência: 06/03/2017 a 05/03/2018. Valor Total: R\$10.990,04. Fonte: 178412310 - 2017NE800018. Data de Assinatura: 06/03/2017.

(SICON - 22/03/2017) 413001-41231-2017NE800018

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 32/2017 - UASG 113202**

Nº Processo: 01342000592201627 . Objeto: Aquisição de câmera monocromática para microscópio. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 23/03/2017 de 09h00 às 11h30 e de 13h00 às 16h30. Endereço: Travessa R, 400 - Bloco D2 P1 Térreo - Cidade Universitária Butantã - SAO PAULO - SP ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/113202-05-32-2017. Entrega das Propostas: 04/04/2017 às 09h00. Endereço: Travessa R, 400 - Bloco D2 P1 2º Andar - Cidade Universitária Butantã - SAO PAULO - SP. Informações Gerais: Pregão Presencial (internacional)

WILSON APARECIDO PAREJO CALVO
Coordenador Administrativo

(SIDECA - 22/03/2017) 113202-11501-2016NE800557

**CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO**

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

PROCESSO SEI: 01300.610042/2009-88. ESPÉCIE: Convênio firmado entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, CNPJ 33.654.831/0001-36 e a Fundação Amazônia de Defesa da Biosfera - FDB. OBJETO: Prorrogar "de ofício" o prazo de vigência do Convênio SICONV nº 708565/2009, Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia - INCT. Projeto: INCT de Serviços Ambientais da Amazônia, por 386 dias, a partir de 22/03/2017 até 12/04/2018.

DATA DA ASSINATURA: 21/03/2017

ASSINA: Pelo CNPq - Mario Neto Borges - Presidente do CNPq.

**RESULTADOS DE JULGAMENTOS
CHAMADAS PÚBLICAS**

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq torna público o resultado da Chamada MC-TI/CNPQ/MEC/CAPEs Nº 22/2014 - CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS (Prorrogação). As propostas aprovadas encontram-se nos Links: <http://resultado.cnpq.br/2557768094575565>

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq torna público o resultado da Chamada CNPq-SE-TEC/MEC Nº 17/2014 - Linha 1: PD&I (Prorrogação). As propostas aprovadas encontram-se nos Links: <http://resultado.cnpq.br/4314529527132103>

MARIO NETO BORGES
Presidente do Conselho

**DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA
DA INFORMAÇÃO**

EDITAL DE COMUNICAÇÃO Nº 11/2017

Pelo presente, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica comunicado(a) o(a) Sr(a) Jorge Kysnney Santos Kamasury, CPF 007.987.312-06, processo 215443/2012-8, a cobrança do pagamento indevido no valor de EUR 200,00 (Duzentos euros) em virtude do pagamento indevido, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, realize a devolução dos recursos. Informamos que o não atendimento deste comunicado, implica no envio do processo ao SECOA, deste CNPq, para providências no que diz respeito à cobrança atualizada dos valores pagos durante a sua permanência no Exterior, conforme legislação vigente.

MARCELO ALVES CASTRO
Chefe de Serviço de Bolsas de Graduação
no Exterior PO- 329/2012

**COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
E FINANÇAS**

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2017 - UASG 364102

Nº Processo: 01300000020201715 . Objeto: Espectrofotômetro. Total de Itens Licitados: 00002. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XXI da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Projeto Edital PPSUS 2016 - CNPq/FAPEAL/MS/SESAU-AL - Quantificação de DNA, RNA e proteínas em amostras biológicas. Declaração de Dispensa em 21/03/2017. ANDERSON MALTA DA SILVA. Coordenador de Recursos Logísticos. Ratificação em 21/03/2017. CLAUDIO DA SILVA LIMA. Coordenador Geral de Administração e Finanças. Valor Global: R\$ 17.136,33. CNPJ CONTRATADA : Estrangeiro EPPEN-DORF.

(SIDECA - 22/03/2017) 364102-36201-2017NE800143

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 517/2017 - UASG 364102

Nº Processo: 01300000517201733 . Objeto: Peças e Acessórios Especializados Especiais. Total de Itens Licitados: 00004. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XXI da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Projeto auxílio CNPq - 455543/2014-3 - Uso em pesquisa com dados observacionais. Declaração de Dispensa em 21/03/2017. ANDERSON MALTA DA SILVA. Coordenador de Recursos Logísticos. Ratificação em 21/03/2017. CLAUDIO DA SILVA LIMA. Coordenador Geral de Administração e Finanças. Valor Global: R\$ 27.360,47. CNPJ CONTRATADA : Estrangeiro SELLEX, INC.

(SIDECA - 22/03/2017) 364102-36201-2017NE800143

**EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS
E TELÉGRAFOS
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17000013/2017 - AC**

Objeto: Prestação de Serviço de Confeção de Edital Tipo 3. Recebimento das Propostas: no endereço <http://www.correios.com.br> até 05/04/2017, às 9h e início da disputa de preços às 10h. Obtenção do Edital: no endereço eletrônico acima. Informações pelo telefone: (0xx61) 2141-6468 ou através do e-mail: licitacoes@correios.com.br.

ELDA MÁRCIA MOREIRA DE LIMA
Pregoeira

**AVISO DE PRORROGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17000022/2017 -
CPL/CECOM/AC**

Objeto: prestação de serviços de Transporte Rodoviário de Cargas Postal, Modalidade Linha de Transporte Nacional - GRUPO DE LINHAS VITÓRIA, publicado no DOU de 20/03/2017, seção 3, página 7 e Jornal de Brasília, Seção Economia, página 15, teve a data da abertura das propostas remarcada para o dia 05/04/2017, mantendo-se inalteradas todas as demais condições. Recebimento das Propostas: no endereço <http://www.correios.com.br> até 05/04/2017, às 8h30min e início da disputa de preços às 9h30min. Retirada do edital: no endereço eletrônico informado. Informações pelo E-mail: licitacoes@correios.com.br e telefone: (0xx61) 2141-7760, no horário de 8h00min às 12h00min e 14h00min às 18h00min.

FRANCISCA MARIA DE ARAÚJO BARROS
Pregoeira

DIRETORIA REGIONAL EM ALAGOAS

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2017**

Objeto: Pregão Eletrônico nº 001/2017 -que visa à contratação de empresa legal e regularmente habilitada para a prestação de serviço de vigilância armada em 16 (dezesseis) postos na DR/AL, conforme Especificação Técnica e demais condições do Edital e seus Anexos, foi HOMOLOGADO à empresa SCOLLIT SEGURANÇA DE VALORES LTDA, CNPJ 11.866.801/0001-50 no valor global de R\$ 957.435,72 (novecentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e setena e dois centavos).

LEANDRO DIAS DE QUEIROZ
Pregoeiro

DIRETORIA REGIONAL EM BRASÍLIA

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2017**

OBJETO: prestação de serviço de transporte rodoviário de cargas postal, modalidade(s): LTR (LTR-BSB-16, LTR-BSB-17, LTR-BSB-18, LTR-BSB-19, LTR-BSB-20, LTR-BSB-21, LTR-BSB-22, LTR-BSB-23, LTR-BSB-24 e LTR-BSB-25); HOMOLOGADO o lote 1 à empresa: TRANSPORTADORA PRINT LTDA / CNPJ:

06.134.846/0001-09 no valor R\$ 1.115.520,90; lote 2 à empresa ABC TRANSPORTES E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTSDA ME / CNPJ: 11.369.330/0001-75 no valor R\$ 1.423.908,30 e lote 3 à empresa TRANSFERREIRA TRANSPORTES E SERVIÇOS DE MALOTES LTDA ME / CNPJ: 23.770.681/0001-72 no valor R\$ 985.676,70.

ELIS REGINA DA SILVA NASCIMENTO
Pregoeira

DIRETORIA REGIONAL NO CEARÁ

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO

A Diretoria Regional do Ceará notifica a empresa PETRUCIA de M FERREIRA ALVES - EPP - CNPJ: 10.873.683/0001-45, do Registro no SICAF, da Penalidade de Multa Moratória aplicada ao contrato 061/2015, com base nos artigos 86 e 87 - da Lei 8.666/93, Processo Administrativo NUP 53112.001537/2016-61 e Carta: 188/2017-SEGC/GERAD/COSUP/CE, no valor de R\$ 2.765,22 (dois mil setecentos e sessenta e cinco reais e vinte e dois centavos) pelo não atingimento das metas de desempenho de chamados técnicos solucionados dentro do prazo contratual ocorrida no período de 01 a 31 de agosto de 2016, conforme estipulado nos itens 6.3 e 6.4 da Descrição Técnica, anexo 1, do Contrato 061/2015, cujo objeto é a Prestação de serviços de manutenção de equipamento de informática, na Diretoria Regional dos Correios do Ceará, em face da empresa contratada não recolher suas correspondências no endereço indicado no contrato, estando em local incerto e não sabido.

A Diretoria Regional do Ceará comunica a empresa PETRUCIA de M FERREIRA ALVES - EPP - CNPJ: 10.873.683/0001-45, do Parcelamento da Dívida, referente as Penalidades de Multas Moratórias aplicadas ao contrato 061/2015, com base nos artigos 86 e 87 - da Lei 8.666/93, Processo Administrativo NUP 53112.001351/2016-11 e Carta: 11/2017-SEGC/SCONS/GERAD/COSUP/CE, no valor total de R\$ 44.583,12 (quarenta e quatro mil quinhentos e oitenta e três reais e doze centavos), em 6 (seis) parcelas iguais de R\$ 7.430,52 (sete mil quatrocentos e trinta reais e cinquenta e dois centavos), com vencimento nas seguintes datas: 01/10/2016, 01/11/2016, 01/12/2016, 01/01/2017, 01/02/2017 e 01/03/2017, cujo objeto é a Prestação de serviços de manutenção de equipamento de informática, na Diretoria Regional dos Correios do Ceará, em face da empresa contratada não recolher suas correspondências no endereço indicado no contrato, estando em local incerto e não sabido.

PASTORA ALVES DE LIMA
Gerente de Administração - COSUP/CE

DIRETORIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

D.L: 17000003/2017; Objeto: Locação de Imóvel para funcionamento da AC GRÃO MOGOL; CONTRATADO: Sr JOSÉ JÂNIO DA SILVA - CPF: 082.373.066-27 E Sra PATRÍCIA APARECIDA DA SILVA - CPF: 066.158.386-48; VALOR GLOBAL: R\$ 72.000,00 (Setenta e dois mil reais); DATA DE RATIFICAÇÃO: 20/03/2017; ENQUADRAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93, Art. 24, Inciso X, NUP: 53120.000905/2015-74.

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17000012/2017**

Objeto: Transporte Rodoviário de Carga Postal, LTR-MG-093 - Ca-xambu X Seritinga; LTR-MG-240 - Boa Esperança X Guapé; LTR-MG-243 - Lavras X Carrancas; e LTR-MG-249 - Campo Belo X Cristais. Edital e informações no endereço eletrônico: <http://www.correios.com.br>, telefone: (0xx31) 3249-2515 FAX: (0xx31) 3249-2533 de 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas. Sessão Pública pela Internet no endereço eletrônico: <http://www.licitacoes-e.com.br>. Recebimento das propostas até às 09:00 horas do dia 05/04/2017. Início da Disputa de Preços dia 05/04/2017 às 10:00 horas.

ANA CECÍLIA SILVA LOPES
Pregoeira

DIRETORIA REGIONAL NO PARÁ

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DL nº 16000034/2016; Objeto: Locação do imóvel não residencial; onde funciona o CDD PARAUAPÉBAS; Contratada: INCORPORADORA IPÊ LTDA - ME; CNPJ: 22.405.616/0001-85 Valor global: R\$ 480.000,00 (Quatrocentos e oitenta mil reais); Data da ratificação: 20/03/2017; Enquadramento legal: Art.24, Inciso X, Lei 8.666/93.

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2017**

OBJETO: "Prestação de serviços de transporte multimodal (rodoviário e/ou fluvial) de carga postal e carga especial de alta densidade da ECT, para atender a Linha de Transporte Fluvial / LTF-01". EDITAL E INFORMAÇÕES poderão ser obtidos: na CPL da ECT/DR/PA - Av. Presidente Vargas, 498, 4º andar - Belém/PA. Fone/Fax: (91) 3211-3069 / 3211-3146, no horário de 08h às 12h e 14h às 17h; pelo e-mail: pacpl@correios.com.br ; ou pela internet www.correios.com.br ou www.licitacoes-e.com.br. Sessão Pública no site www.licitacoes-e.com.br. Recebimento das propostas até às 09:00h de 05/04/2017. Início da disputa de preços às 10:00h de 05/04/2017.

MARILIA HELENA MEIRELES SANTOS
Presidente de CPL

DIRETORIA REGIONAL NO PARANÁ**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Sétimo Termo Aditivo ao Contrato 44/2014; Data da Assinatura: 17/03/17; Contratada: 04.970.088/0001-25/PLANSERVICE TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA; Objeto do Termo Aditivo: Reapropriação da mão de obra com base na convenção coletiva 2017/2019 e Reequilíbrio Econômico-financeiro em razão do reajuste na tarifa de transporte coletivo de Londrina, correspondendo ao impacto de 7,2140% no valor global; Valor global Contratado: Passou de R\$ 65.009,04 (sessenta e cinco mil nove reais e quatro centavos) para R\$69.700,80 (sessenta e nove mil setecentos reais e nove centavos)

DIRETORIA REGIONAL EM PERNAMBUCO**EXTRATO DE CONVÊNIO**

Convênio Nº 001/2017
Data da assinatura: 07/03/2017

Nome da conveniente: Prefeitura Municipal de Vertente do Lério
Nome da Agência de Correios Comunitária: AGC Tambor
Vigência: 07/03/2017 a 07/03/2022

Objeto: Proporcionar atendimento de serviços postais à população da localidade de Tambor, pertencente ao Município de Vertente do Lério/PE, através de Agência de Correios Comunitária-AGC.

Recursos Financeiros

A execução do presente Acordo de Cooperação Técnica não implica em transferência de recursos financeiros entre as partes. Não há previsão de despesas orçamentárias para este instrumento de Acordo de Cooperação Técnica.

Fundamentação legal: Instrução Normativa nº 1 de 14/12/2000 da Secretaria de Serviços Postais do Ministério das Comunicações; Art. 116, caput, da lei 8.666/90; § 3º do art. 2º da Lei nº 6.538/78; Portaria nº 6.206, de 13 de novembro de 2015, do Ministério das Comunicações e, tendo ainda como referência legislativa, no que couber, o Decreto nº 6.170/07 e a Portaria interministerial nº 507, de 24 novembro de 2011

DIRETORIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL**EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS**

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 066/2014 de Transporte Rodoviário de Cargas; OBJETO DO TERMO ADITIVO: Prorrogação com reajuste e alteração contratual; CONTRATADA: ELISANDRO DARODA VIANA & CIA LTDA; CNPJ: 04.362.928/0001-77; VALOR DO ADITAMENTO: o valor global do contrato passou de R\$2.642.336,10 (dois milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, trezentos e trinta e seis reais e dez centavos) para R\$2.635.481,97 (dois milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e um reais e noventa e sete centavos); DATA DA ASSINATURA: 18/01/2017; VIGÊNCIA: de 19/01/2017 a 17/07/2019.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 067/2014 de Transporte Rodoviário de Cargas; OBJETO DO TERMO ADITIVO: Prorrogação com reajuste; CONTRATADA: ELISANDRO DARODA VIANA & CIA LTDA; CNPJ: 04.362.928/0001-77; VALOR DO ADITAMENTO: o valor global do contrato passou de R\$2.018.053,47 (dois milhões, dezoito mil, cinquenta e três reais e quarenta e sete centavos) para R\$2.117.870,33 (dois milhões, cento e dezessete mil, oitocentos e setenta reais e trinta e três centavos); DATA DA ASSINATURA: 18/01/2017; VIGÊNCIA: de 19/01/2017 a 17/07/2019.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 069/2014 de Transporte Rodoviário de Cargas; OBJETO DO TERMO ADITIVO: Prorrogação com reajuste e alteração contratual; CONTRATADA: ELISANDRO DARODA VIANA & CIA LTDA; CNPJ: 04.362.928/0001-77; VALOR DO ADITAMENTO: o valor global do contrato passou de R\$ 2.643.394,87 (dois milhões, seiscentos e quarenta e três mil, trezentos e noventa e quatro reais e oitenta e sete centavos) para R\$ 2.529.792,57 (dois milhões, quinhentos e vinte e nove mil, setecentos e noventa e dois reais e cinquenta e sete centavos); DATA DA ASSINATURA: 18/01/2017; VIGÊNCIA: de 19/01/2017 a 17/07/2019.

Quarto Termo Aditivo ao Contrato Nº 032/2014 de Transporte Rodoviário de Cargas; OBJETO DO TERMO ADITIVO: Alteração contratual: inclusão de um ponto de parada e alterações nos horários de atendimento das unidades; CONTRATADA: RIBEIRO DALL'AGNOL TELE TRANSPORTES LTDA - ME ; CNPJ: 04.561.391/0001-74; VALOR DO ADITAMENTO: o valor global do contrato permanece R\$ 4.317.732,69 (quatro milhões, trezentos e dezessete mil, setecentos e trinta e dois reais e sessenta e nove centavos); DATA DA ASSINATURA: 16/03/2017; VIGÊNCIA: de 16/03/2017 a 27/03/2019.

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2017**

OBJETO: Serviços de Hospedagem nas localidades de Lajeado/RS e Pelotas/RS, lote 1 homologado à empresa Core Service Eventos Eireli, CNPJ 10.540.976/00001-00 no valor de R\$ 14.182,10, e lote 2 à empresa Attiva Catering Promoções LTDA, CNPJ 97.531.804/0001-59, no valor de R\$ 89.950,00.

RITA WALÉRIA SCHMIDT
Pregoeira

DIRETORIA REGIONAL EM SÃO PAULO INTERIOR**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

3º Termo Aditivo ao Contrato nº 051/2015 de prestação de serviço telefônico fixo comutado local para o prédio dos Correios - Sub-Sede de Araraquara/SP; Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação Contratual; Contratada: CLARO S/A; Data da Assinatura: 10/03/2017; Vigência: 12/03/2017 a 12/03/2018.

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16000124/2016**

Objeto: Aquisição de materiais de escritório, por meio de Sistema de Registro de Preços, conforme Edital. Os Lotes 1 e 2 do objeto foram adjudicados à empresa: LARBAK SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA, no valor global respectivo de R\$ 26.349,78 e R\$79.092,14.

CAMILA CRISTINA BATISTA PAIVA
Pregoeira

**DIRETORIA REGIONAL EM SÃO PAULO
METROPOLITANA****EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Objeto: Dispensa de Licitação nº. 16000419/2016, referente à locação de imóvel SRA. CAMILA BARROSO DE SIQUEIRA E OUTROS, AC LIBERDADE/DR-SPM, valor global R\$1.843.841,40, data da ratificação: 17/03/17, INCISO X, ART. 24 DA LEI Nº. 8666/93.

INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Processo: RMS COSET.F-2017/02/00047. Contratada: Monsarás Distribuidora e Comércio Ltda. Objeto: Papel tamanho A-4 (210 x 297 mm), cor branca (não reciclado), alvura mínima de 97%, PH Alcalino, gramatura de 75 g/m2, em resmas com 500 (quinhentas) folhas, em conformidade com o Termo de Referência. Fundamento Legal: Artigo 29, VI, da Lei 13.303/2016. Declaração do Ato: Luis Soares, Coordenador de Serviços e Transportes. Ratificação: João Carlos Derzi Tupinambá, Presidente em 21.03.2017.

**INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS
ESPACIAIS
COORDENAÇÃO DOS CENTROS REGIONAIS
CENTRO REGIONAL DO NORDESTE****AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 4/2017 - UASG 240107**

Nº Processo: 01349000013201767. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação da prestação de serviços de apoio operacional (operador de microcomputador, cozinheiro e pedreiro), com execução mediante empreitada global, para atender as necessidades da unidade de Eusébio/CE do Centro Regional do Nordeste do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - CRN/INPE/MCTIC. Total de Itens Licitados: 00003. Edital: 23/03/2017 de 09h00 às 12h00 e de 13h00 às 16h00. Endereço: Rua Carlos Serrano, 2073 Lagoa Nova - NATAL - RN ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/240107-05-4-2017. Entrega das Propostas: a partir de 23/03/2017 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 05/04/2017 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

EDUARDO AMORIM MARTINS DE SOUZA
Pregoeiro

(SIDEV - 22/03/2017) 240106-00001-2017NE000001

INSTITUTO NACIONAL DO SEMI-ÁRIDO**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2017 - UASG 240114**

Número do Contrato: 4/2016.

Nº Processo: 01201000002201671.

INEXIGIBILIDADE Nº 1/2016. Contratante: MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVACOES E COMUNICA. CNPJ Contratado: 34028316001932. Contratado: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E -TELEGRAFOS. Objeto: Aditar o contrato em mais um ano. Fundamento Legal: Art.55 da Lei 8.666/93. Vigência: 01/03/2017 a 01/03/2018. Data de Assinatura: 01/03/2017.

(SICON - 22/03/2017) 240114-00001-2017NE800005

**LABORATÓRIO NACIONAL DE ASTROFÍSICA
COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS****EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2017 - UASG 240128**

Número do Contrato: 52/2014.

Nº Processo: 01204000259201431.

PREGÃO SISPP Nº 52/2014. Contratante: LABORATORIO NACIONAL DE -ASTROFISICA - LNA. CNPJ Contratado: 13892384000146. Contratado: GESTSERVI - GESTAO E TERCEIRIZACAO DE MAO-DE-OBRA - EIR. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato de Programador. Fundamento Legal: Lei 8.666/93; Lei 10.520/02; Decr 2.271/97; IN SLTI/MPOG 02/08. Vigência: 22/03/2017 a 22/03/2018. Valor Total: R\$65.069,49. Fonte: 100000000 - 2017NE800039. Data de Assinatura: 16/03/2017.

(SICON - 22/03/2017) 240128-00001-2017NE800001

NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 9/2017
CONCURSO PÚBLICO NUCLEP/FBR Nº 2/2014**

A Coordenadora de Recursos Humanos da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP, CNPJ - 42.515.882/0002-59, com fábrica na Av. General Euclides de Oliveira Figueiredo, 200 - Brisamar - Itaguaí - RJ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e, em especial o disposto na Constituição Federal, na Consolidação das Leis do Trabalho, tendo em vista as Portarias P-064/2012, de 01/10/2012 e P-085A/2013, de 19/09/2013, torna pública a SEGUNDA CONVOCAÇÃO dos candidatos abaixo relacionados, devendo os mesmos comparecerem dia 27 de março de 2017 às 9h30min, ao Recursos Humanos da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP, no endereço Av. General Euclides de Oliveira Figueiredo, 200 - Brisamar - Itaguaí - RJ, portando os documentos exigidos no ANEXO I do edital do CONCURSO PÚBLICO NUCLEP/FBR - 002/2014 - Requisitos (original e duas cópias legíveis). O não comparecimento será considerado desistência e acarretará na eliminação do concurso público conforme item 12.5 do edital.

| Inscrição | Nome | Código do Cargo | Cargo | Classificação | Pessoa com Deficiência |
|-----------|-----------------------|-----------------|-----------------------|---------------|------------------------|
| 9394800 | DENISE PEREIRA GOMES | AXP72 | Auxiliar de Pessoal | 7º | Não |
| 9417036 | RODRIGO NEIVA KVIESKA | EPR20 | Engenheiro (Produção) | 1º | Não |

Rio de Janeiro, 22 de março de 2017.

LOURDES BATISTA LIMA



EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 10/2017
CONCURSO PÚBLICO NUCLEP/FBR Nº 2/2014

A Coordenadora de Recursos Humanos da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP, CNPJ - 42.515.882/0002-59, com fábrica na Av. General Euclides de Oliveira Figueiredo, 200 - Brisamar - Itaguaí - RJ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e, em especial o disposto na Constituição Federal, na Consolidação das Leis do Trabalho, tendo em vista as Portarias P-064/2012, de 01/10/2012 e P-085A/2013, de 19/09/2013, torna pública a CONVOCAÇÃO da candidata abaixo relacionada, devendo a mesma comparecer dia 27 de março de 2017 às 09h30min, ao Recursos Humanos da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP, no endereço Av. General Euclides de Oliveira Figueiredo, 200 - Brisamar - Itaguaí - RJ, portando os documentos exigidos no ANEXO I do edital do CONCURSO PÚBLICO NUCLEP/FBR - 002/2014 - Requisitos (original e duas cópias legíveis).

| Inscrição | Nome | Código do Cargo | Cargo | Classificação | Pessoa com Deficiência |
|-----------|----------------------------------|-----------------|---------------------------|---------------|------------------------|
| 9460861 | ALINE DE CASTRO PESSOA LEPESTEUR | AXA/1 | Auxiliar de Administração | 24º | Não |

Rio de Janeiro, 22 de março de 2017.
LOURDES BATISTA LIMA

EDITAL DE ELIMINAÇÃO Nº 4/2017
CONCURSO PÚBLICO NUCLEP/FBR Nº 2/2014

A Coordenadora de Recursos Humanos da Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP, CNPJ - 42.515.882/0002-59, com fábrica na Av. General Euclides de Oliveira Figueiredo, 200 - Brisamar - Itaguaí - RJ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e, em especial o disposto na Constituição Federal, na Consolidação das Leis do Trabalho, tendo em vista as Portarias P-064/2012, de 01/10/2012 e P-085A/2013, de 19/09/2013, torna pública a ELIMINAÇÃO da candidata abaixo relacionada pelo não comparecimento na data e horário especificados no Edital de Convocação nº 008/2017, publicado no DOU em 16 de março de 2017, conforme descrito no item 12.5 do edital do CONCURSO PÚBLICO NUCLEP/FBR - 002/2014.

| Inscrição | Nome | Código do Cargo | Cargo | Classificação | Pessoa com Deficiência |
|-----------|---------------------------|-----------------|---------------------------|---------------|------------------------|
| 9290290 | GLAUCIA DE ANDRADE IBRAIN | AXA/1 | Auxiliar de Administração | 23º | Não |

Rio de Janeiro, 22 de março de 2017.
LOURDES BATISTA LIMA

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 12/2017 - UASG 925150

Nº Processo: 508/2016 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação, mediante SRP, de empresa ou consórcio especializados em Serviços de infraestrutura de Redes de Fibras Ópticas para realização de projetos e implantação nos estados do RJ e SP, compreendendo o projeto, execução, certificação e ativação de redes de fibras ópticas, especificação, quantificação, fornecimento de cabos de fibras ópticas e materiais necessários à sua operacionalidade, de acordo com as especificações, quantidades e condições constantes do Edital e Anexos Total de Itens Licitados: 00069. Edital: 23/03/2017 de 08h00 às 12h00 e de 13h45 às 17h45. Endereço: Sig - Qd. 04 - Bl. a - Salas 201 a 224 - Ed. Capital Financial Center Sig - BRASÍLIA - DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/925150-05-12-2017. Entrega das Propostas: a partir de 23/03/2017 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 04/04/2017 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

JOSE RENATO GUIMARAES
Gerente de Compras e Contratos

(SIDEI - 22/03/2017) 925150-02600-2017NE000008

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
PREGÃO Nº 7/2017

As Telecomunicações Brasileiras S/A - TELEBRAS, informa o resultado do Pregão Eletrônico nº 007/2017-TB, sagrou-se vencedora do certame a empresa CENTRO MÉDICO DE CHECK UP LTDA.

(SIDEI - 22/03/2017) 925150-02600-2017NE000008

PREGÃO Nº 10/2017

As Telecomunicações Brasileiras S/A - TELEBRAS, informa o resultado do Pregão Eletrônico nº 010/2017-TB, sagrou-se vencedora do certame A COOPERATIVA DOS CONDUTORES AUTONOMOS DE BRASÍLIA LTDA.

JOSÉ RENATO GUIMARÃES
Gerente de Compras e Contratos

(SIDEI - 22/03/2017) 925150-02600-2017NE000008

EXTRATO DE CONTRATO

processo nº 248/2016-TB
Contrato nº 32/2017/3500-TB
Data de Assinatura: 22/03/2017
Vigência: de 22/03/2017 a 21/03/2018
Contratada: SOLUX DISTRIBUIDORA EIRELI
CNPJ: 23.291.920/0001-01
Objeto: aquisição de Sobressalentes para Grupo Motores Geradores, utilizados na Rede Nacional de Telecomunicações.
Valor total: R\$ R\$ 312.766,00.(trezentos e doze mil, setecentos e sessenta e seis reais)
Fundamentação Legal: Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei nº 8.078 de 1990.
Signatários: p/ Telebras: Henrique Primo Vieira (Gerente de Operação de Redes e Serviços) e Rodrigo Botelho Machado (Gerente de Engenharia de Rede Externa e Manutenção da Planta) e p/ Contrata: Marcio Pereira da Silva (Gerente).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032017032300009

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO
45ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - A. G. O.6.04.2017

Ficam os acionistas da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada na sede da Companhia, situada no SIG Quadra 4, Bloco A, salas 211 a 224, Ed. Capital Financial Center - Brasília, Distrito Federal, CEP 70610-440, no dia 26 de abril de 2017, às 16 horas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1.Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício social de 2016;

2.Proposta da Administração para destinação do resultado;

3.Eleição de membros do Conselho de Administração;

4.Eleição de membros do Conselho Fiscal;

5.Fixação da remuneração dos membros da Diretoria e dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.

É de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à adoção do processo de voto múltiplo para eleição de membro do Conselho de Administração de acordo com a Instrução n.º 165, de 11.12.91, alterada pela Instrução n.º 282, de 26.06.98, ambas da CVM.

Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede social da Empresa, no Setor Comercial Sul - Quadra 09 - Bloco B - Edifício Parque Cidade Corporate - Torre B - 3º andar - Brasília - DF, na Assessoria de Relacionamento com o Mercado, com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas do início de instalação da Assembleia.

Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas nas Bolsas de Valores, que desejarem participar da Assembleia Geral Ordinária, deverão apresentar extrato fornecido pelo custodiante, contendo sua posição acionária atualizada.

Os documentos pertinentes a esta A.G.O., estarão à disposição dos Senhores acionistas a partir do dia 22 de março de 2017.

99ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - A. G. E.6.04.2017

Ficam os acionistas da Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na sede da Companhia, situada no SIG Quadra 4, Bloco A, salas 211 a 224, Ed. Capital Financial Center - Brasília, Distrito Federal, CEP 70610-440, no dia 26 de abril de 2017, às 14 horas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1.Alteração estatutária. Adequação dos artigos 27, parágrafo único; 31 e, 38 § 1º, todos do Estatuto Social às disposições contidas no Decreto nº 9.845, de 27 de dezembro de 2016.

É de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à adoção do processo de voto múltiplo para eleição de membro do Conselho de Administração de acordo com a Instrução n.º 165, de 11.12.91, alterada pela Instrução n.º 282, de 26.06.98, ambas da CVM.

Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede social da Empresa, no Setor Comercial Sul - Quadra 09 - Bloco B - Edifício Parque Cidade Corporate - Torre B - 3º andar - Brasília - DF, na Assessoria de Relacionamento com o Mercado, com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas do início de instalação da Assembleia.

Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas nas Bolsas de Valores, que desejarem participar da Assembleia Geral Ordinária, deverão apresentar extrato fornecido pelo custodiante, contendo sua posição acionária atualizada.

Os documentos pertinentes a esta A.G.E., estarão à disposição dos Senhores acionistas a partir do dia 22 de março de 2017.

Brasília-DF, 9 de março de 2017.
ANDRÉ MÜLLER BORGES
Presidente do Conselho de Administração

Ministério da Cultura

SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS
DE INFRAESTRUTURA CULTURAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo Nº 00007/2017 ao Convênio Nº 753794/2010. Convenientes: Concedente : MINISTERIO DA CULTURA, Unidade Gestora: 420044, Gestão: 00001. Conveniente : MUNICIPIO DE CAUCAIA, CNPJ nº 07.616.162/0001-06. PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA. Valor Total: R\$ 585.357,05, Valor de Contrapartida: R\$ 135.357,05, Vigência: 30/12/2010 a 20/03/2018. Data de Assinatura: 20/03/2017. Signatários: Concedente : RAIMUNDO BENONI FRANCO, CPF nº 735.794.326-72, Conveniente : NAUMI GOMES DE AMORIM, CPF nº 403.068.441-68.

(SICONV(PORTAL) - 22/03/2017)

SUBSECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESPÉCIE: Contrato nº 200 - 105.3/2017
PROCESSO: 01400.007559/2017-77
CONTRATANTE: Ministério da Cultura - CNPJ/MF nº 01.264.142/0007-14
CONTRATADO (A): MARIO OLIMPIO MEDEIROS FILHO
CPF: 202.488.301-04
OBJETO: Prestação de serviços profissionais por tempo determinado (alínea "i", inciso VI, art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; inciso IX, art 37 da Constituição Federal; e Edital nº 10, de 9 de maio de 2013, publicado no DOU de 13 de maio de 2013).
SIGNATÁRIOS: LUCIENE FERNANDES DE SOUZA, Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas e MARIO OLIMPIO MEDEIROS FILHO, Contratado (a).
VIGÊNCIA: 21.3.2017 a 18.5.2017.
VALOR MENSAL: R\$ 8.300,00
DATA DE ASSINATURA: 21.3.2017.

ESPÉCIE: Contrato nº 201 - 202.26/2017
PROCESSO: 01400.007562/2017-91
CONTRATANTE: Ministério da Cultura - CNPJ/MF nº 01.264.142/0007-14
CONTRATADO (A): JESSICA LIMA DE SOUZA
CPF: 047.793.491-92
OBJETO: Prestação de serviços profissionais por tempo determinado (alínea "i", inciso VI, art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; inciso IX, art 37 da Constituição Federal; e Edital nº 10, de 9 de maio de 2013, publicado no DOU de 13 de maio de 2013).
SIGNATÁRIOS: LUCIENE FERNANDES DE SOUZA, Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas e JESSICA LIMA DE SOUZA, Contratado (a).
VIGÊNCIA: 21.3.2017 a 18.5.2017.
VALOR MENSAL: R\$ 1.700,00
DATA DE ASSINATURA: 21.3.2017.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.